



Acta n.º 27 da Reunião
Extraordinária da Câmara
Municipal de Barcelos realizada a
dois de Dezembro de dois mil e

-----Aos dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte, nesta cidade de Barcelos, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões da Câmara Municipal compareceram além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Miguel Jorge da Costa Gomes, os Senhores Vereadores: Dr.^a Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro, Dra. Anabela Pimenta de Lima Deus Real, António Francisco dos Santos Rocha, Dra. Ilda Maria Fonseca Trilho da Silva, Dr. Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Eng.º José Gomes dos Santos Novais, Dr. Carlos Eduardo Vasconcelos Fernandes Ribeiro dos Reis, António Jorge da Silva Ribeiro, Dr., Dr. Domingos Ribeiro Pereira e Eng.º José Gomes
Pereira.

-----Sendo dezoito horas e cinquenta e cinco minutos e depois de todos haverem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **ORDEM DO DIA:**-----

----- **-PROPOSTA N.º1. Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021.**-----

-----As Grandes Opções do Plano definem as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, ao passo que o Orçamento contem a previsão das receitas e das despesas para o ano financeiro.-----

-----Para o efeito, foi desenvolvido todo o trabalho inerente à elaboração do referido documento que consubstancia a estratégia de atuação política para 2021, assente na estimativa dos recursos financeiros.-----

-----O documento Opções do Plano e Orçamento para 2021 prevê receitas e despesas no valor total de 84.568.501 euros, com a seguinte estrutura:-----

----- Receita corrente – 69.572.137 euros; Receita de capital – 14.996.364 euros;-

----- Despesa corrente – 47.206.466 euros; Despesa de capital – 37.362.035 euros.

-----Na elaboração das Opções do Plano e Orçamento, que se dão aqui por reproduzidos, detalhadamente apresentados no documento anexo, foram respeitadas todas as normas e princípios legais.-----

-----As Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento encontram-se regulamentadas designadamente no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e no Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Transferência de Competências do Estado, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----De acordo com o consignado no artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com a alteração levada a cabo pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 30 de novembro*, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, salvo se as eleições ocorrerem entre 30 de julho e 15 de dezembro, em tal apresentação ocorrerá no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse. -----

-----A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece na alínea c) do n.º1, do artigo 33.º, do anexo I que compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as Opções do Plano e a proposta do Orçamento, assim como as respetivas revisões. Por sua vez, a alínea a) do n.º1, do artigo 25.º, do anexo I do citado diploma dispõe que compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento (...) ”.-----

-----Em face do exposto, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos, à luz do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibere apreciar e votar:-----

-----A submissão à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento para 2021.-----

-----* Prazo prorrogado até 2 de dezembro de 2020 (primeiro dia útil seguinte à tolerância) - Nota informativa da DGAL de 23/11/2020.-----

-----Barcelos, 25 de novembro de 2020.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----Deliberado, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador do Movimento Independente BTF-Barcelos Terra de Futuro, Dr. Domingos Pereira e com os votos contra dos Senhores Vereadores do PSD, Dr. Mário Constantino Lopes, Eng.º José Santos Novais e Dr. Carlos Reis e do Senhor Vereador do CDS/PP, Dr. António Ribeiro, aprovar a presente proposta.-----

-----O Senhor Vereador Eng.º José Pereira votou favoravelmente a presente proposta. -----

-----O Senhor Vereador do BTF, que se absteve, apresentou uma declaração de voto com o seguinte teor:-----

-----“As Grandes Opções do Plano e Orçamento para vigorar em cada ano económico são na sua essência documentos previsionais de gestão e, por isso, suscetíveis de alterações e ajustamentos durante o seu exercício. No entanto, e mercê da vasta informação disponível na fase da sua elaboração e das políticas adotadas assentes no rigor e equidade poderão e deverão ter uma execução próxima do projetado inicialmente.-----

-----E porque assim não tem acontecido assistimos, ano após ano, a desvios significativos entre o orçamentado e o executado, com o agravante de não ser por falta de receitas para a execução de múltiplos projetos de investimento ou outras atividades previstas, originando saldos positivos de muitos milhões de euros,

desvirtuando o orçamento inicial com as revisões sucessivas no ano seguinte para incorporação dos saldos dos exercícios anteriores.-----

-----Portanto, este Orçamento e GOP para 2021 não fogem à regra dos demais anos, por não sabermos, em concreto, o que vai ser executado nem quais as orientações estratégicas de desenvolvimento e, pior ainda, porque para um Orçamento de cerca de 85,6 milhões de euros de receita prevista, e mais de metade do seu valor ser de receitas correntes e só um pouco mais de 14,9 milhões ser para investimento.-----

-----E, claro está, lá para o mês de Abril de 2021 lá serão acrescentados previsivelmente mais de 20 milhões de euros do saldo de 2020, o que originará um desvio superior a 20% do valor inscrito no presente documento. -----

-----Desde logo porque quer as Grandes Opções do Plano, quer o Orçamento para 2021 são, praticamente, uma cópia dos documentos dos últimos anos, apenas variando o montante das receitas e despesas. São as mesmas obras que preocupantemente continuam a fazer parte dos investimentos que a Câmara pretende realizar, mas que, no seu relatório, já nem constam como prioridade para 2021. Como por exemplo nó de Sta. Eugénia e Estrada Municipal 505.-----

-----Bem sabemos que estamos perante o último Orçamento e GOP deste mandato autárquico 2017/2021 e o que mais se evidencia é um aumento das atividades na área da cultura e da educação, mas sem que isso signifique um desenvolvimento estratégico para Barcelos. São apenas programas de duvidosa realização devido às condições da crise sanitária que permanecerá irremediavelmente em 2021 com a possibilidade real deste Orçamento e GOP ter um curto espaço temporal de execução, ou seja, e a correr menos mal, a partir do primeiro trimestre até setembro de 2021, que corresponderá a cerca de 6 meses.-----

-----E é neste domínio que se deveria ter uma visão estratégica para enfrentar a crise que possa prolongar-se em 2021, com particular ênfase na elaboração de

programas de apoio às empresas, às associações e às famílias. E sobre este aspeto nada ou muito pouco é dito.-----

-----Quanto às demais atividades setoriais nada de novo. Aliás, são cópias de intenções que transitam de ano para ano ignorando por completo a nova realidade política, económica, social e empresarial que se fará sentir no concelho e por todo o país. -----

-----No tocante ao orçamento propriamente dito, apresenta-nos uma receita de cerca de 84,6 milhões de euros para uma despesa, claro está, de igual valor mas com algum interesse de análise:-----

-----As receitas correntes totalizam um montante de cerca de 69,57 milhões de euros e uma receita de capital de apenas 14,9 milhões. Significa que não há projetos novos para executar em 2021 para além daqueles que foram negociados em 2015; bem sabemos que dos cerca de 37 milhões de euros para investimento resultam do saldo corrente das transferências da administração central.-----

-----Por isso, as despesas de capital assumem um valor de cerca de 37 milhões de euros, devido ao saldo corrente de 22,36 milhões das transferências correntes do OE/2021 e ao cálculo da Lei 73/2013. Notamos um acréscimo significativo das despesas correntes, 47,2 milhões correspondentes a 55,8% e uma despesa de capital de 44,2% num quadro de receitas próprias correspondentes a 29,5 milhões de impostos e de apenas só 98.150 euros de receita de capital que no seu conjunto corresponde a uma receita própria do município em 42,5%, ou seja com um grau de dependência significativa da administração central, que corresponde a 40 milhões de transferências correntes e de 14,9 milhões de receitas de capital num total de 57,5 milhões.-----

-----Por isso, as receitas de capital são baixas, muito baixas. O que significa ausência de novos projetos de investimento.-----

-----Numa leitura mais detalhada das restantes receitas a cobrar pela câmara nos impostos diretos e indiretos, não nos parece plausível que estejam em linha de

conta com o cenário macroeconómico que vivemos em 2020 e com repercussões em 2021, nomeadamente na cobrança da Derrama, IMT e outras impostos indiretos pelo que entendemos que os seus valores estão sobreavaliados.-----

-----No entanto, e se o município levasse a cabo todas as políticas inscritas nestes documentos previsionais de contas, não teria problema de natureza financeira em executá-las (por paradoxo que pareça) devido ao saldo acumulado que transitará para 2021 o qual, de acordo com a análise que fazemos da execução de 2020, libertará um excedente orçamental bem acima dos 20 milhões de euros.-----

-----Por fim, no tocante a outras despesas inscritas que revelam bastante preocupação, são as despesas com pessoal que atingirão um valor de 21,5 milhões de euros. E nem o aumento de pessoal resultante da delegação de competências da educação pode justificar tão elevado aumento; outra das despesas insuficientemente inscritas são as transferências para a EMEC: estão inscritas transferências no valor de apenas 450 mil euros. -----

-----Ora, e a não surgirem outros dados, em relação aos que dispomos neste momento, a EMEC necessitará de uma transferência global para saneamento dos capitais próprios e dos compromissos financeiros com a banca e outras despesas a incluir no Contrato-Programa para 2021 um valor não inferior entre 1,5 e 1,6 milhões de euros.-----

-----Não de somenos importância é a falta de abordagem ao eterno problema da concessão das redes públicas de água e saneamento pendente há vários anos. É que a sua resolução desvirtuará completamente o presente orçamento, em termos de receita e de despesa com aumento dos passivos financeiros superiores a 50 milhões de euros e do grau de endividamento.-----

-----Ao mesmo tempo nada é dito acerca da aquisição do terreno para a construção do novo hospital cujas verbas produzam um impacto significativo no orçamento.-----

-----Em face do exposto e sendo o PS representado neste executivo municipal o único responsável pela elaboração destes documentos, o vereador do BTF Domingos Pereira ABSTEM-SE na presente Proposta.-----

-----Barcelos, 02 de Dezembro de 2020-----

-----O Vereador do BTF -----

-----"Ass.) Domingos Pereira."-----

-----Os Senhores Vereadores do PSD, que votaram contra, apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

-----"O Orçamento é um instrumento de estratégia e de gestão política, no sentido em que é nele que são vertidas as principais linhas de orientação, de desenvolvimento, de afirmação de um concelho e logo, de investimento/despesa.---

-----Deve ser um documento realista, rigoroso e fiável, mas simultaneamente, terá que ser ambicioso, auspicioso e impulsionador.-----

-----As grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021, apresentadas pelo executivo Socialista, são uma cópia dos anos anteriores e espelham a falta de um modelo de desenvolvimento consistente e coerente para o Concelho.-----

-----É flagrante a falta de visão estratégica, a falta de capacidade de planeamento e organização, a impreparação e a gritante insensibilidade social.-----

-----Os documentos apresentados refletem, uma vez mais, a total ausência de obras estruturantes e de medidas concretas no sentido do relançamento da economia local e de implementação de uma dinâmica de competitividade e empreendedorismo para o concelho.-----

-----Este orçamento representa o adiar de um (real) plano de investimento em obras estruturantes, como sejam: a aquisição do terreno para o novo hospital (pressionando dessa forma ainda mais o governo); O fecho da circular urbana e as variantes de Arcozelo e Tamel S. Veríssimo; a eliminação das passagens de nível na zona urbana e freguesias; a ligação pedonal e rodoviária da central de camionagem ao

centro da cidade; a recuperação de grande parte das estradas municipais; a conclusão do complexo desportivo; a criação de um corredor verde e/ou parque; uma aposta séria e determinada no rio e nas frentes ribeirinhas, etc-----

-----Representa também um instrumento de atraso para Barcelos no contexto dos municípios do distrito no que toca à captação de investimento e de fundos comunitários, mas sobretudo, é desolador verificar a falta de medidas de atratividade ao investimento privado, a abertura a parcerias com universidades, nomeadamente com o IPCA e a universidade do Minho, no sentido de criar uma rede lógica e coerente de desenvolvimento sustentado em saber, tecnologia e inovação.-----

-----Falta neste orçamento uma clara aposta no conceito das Smart Cities com o objetivo de promover o desenvolvimento de soluções urbanas inteligentes e integradas com vista à estruturação de um concelho mais amigo do ambiente, mais jovem, mais atrativo e com melhor qualidade de vida.-----

-----Ou seja, as opções são as mesmas, não se registando, definitivamente, uma nova dinâmica, quando a cidade, o concelho e as pessoas mais dela precisavam. ----

-----A Câmara deixou de ser um agente mobilizador do concelho, não apresentando ambição, nem mesmo um projeto que seja entendido como um instrumento de mudança.-----

-----Em Barcelos, o reflexo da gestão, principalmente da última década, é caracterizada pelo baixo rácio de investimento municipal. Os orçamentos têm sido essencialmente compostos por despesas correntes, para fazer face a compromissos inadiáveis, e transferências para as Juntas de Freguesias e Associações, resultando, pois, em muito pouca despesa de capital/investimento, tal como seria desejável.----

-----Acresce que nenhum dos principais dossiês (Contrato da água e saneamento; Novo Hospital; Linha de muito Alta Tensão; Passagens de nível; Fecho da circular urbana; Degradação das estradas e vias municipais; Urbanismo e

estacionamento no perímetro urbano, etc.) está resolvido ou tem uma solução estruturada e eficiente à vista.-----

-----Num ano em que vivemos a maior crise sanitária e se perspetiva uma crise económica e social sem paralelo, era expectável que o poder Socialista olhasse com outra sensibilidade social para os mais desfavorecidos, nomeadamente, crianças e idosos, e desenhasse um plano de erradicação da pobreza e combatesse o isolamento da população idosa, reforçando as parcerias com as instituições de solidariedade social e dinamizasse programas de apoio efetivo aos setores da sociedade que mais impacto negativo tiveram com esta pandemia. Neste contexto, era também expectável que o PS acolhesse a proposta do PSD no que se refere ao abaixamento de impostos. Enfrentamos a maior crise das nossas vidas e vivemos um período de incertezas e desaceleração da economia com efeitos, previsivelmente, devastadores para muitas famílias, trabalhadores e empresas;-----

-----Pelo que a Câmara devia taxar o IMI alicerçada numa política de desenvolvimento e de acordo com uma visão de futuro, permitindo que os proprietários que exerçam a reabilitação de edifícios degradados, beneficiassem de uma minoração do imposto, ao mesmo tempo que aplicava um agravamento a prédios degradados, como forma de estimular a sua reabilitação.-----

-----A descida da taxa de IMI e a devolução de parte do IRS deviam fazer parte de uma estratégia para atenuar os efeitos da pandemia e projetar um desenvolvimento sustentado do nosso concelho, nomeadamente, na fixação de jovens e simultaneamente na criação de estímulos para a reabilitação urbana. No caso da derrama, o executivo municipal aprovou a aplicação de uma taxa de 1,2 % para as empresas, com um volume de negócios até 150.000 euros, no nosso entendimento, o município podia baixar mais a derrama para as pequenas empresas, e que esta seria uma forma de as apoiar, garantir postos de trabalho e atrair investimento para o

concelho, com evidentes ganhos de competitividade, sobretudo, relativamente aos municípios vizinhos, nomeadamente Braga, que reduziu para o mínimo este imposto.

----- PSD entende que há espaço para orçamentos mais auspiciosos, que incrementem o desenvolvimento económico local. Este não é o modelo de orçamento que preconizamos. A Coligação Mais Barcelos apresentou, nas últimas eleições autárquicas, um programa inovador e auspicioso, aberto à iniciativa privada, mas também com enfoque no investimento público, no desenvolvimento turístico e captação de investimento privado com vista à criação de riqueza. As nossas ideias, propostas e projetos tinham como pano de fundo pensar o território com visão de futuro, aproveitar as imensas potencialidades que o concelho oferece e sobretudo valorizar a centralidade, as riquezas naturais, patrimoniais, arquitetónicas, culturais e essencialmente a qualidade e juventude da população Barcelense para afirmar o concelho no panorama regional e nacional.-----

-----Estas propostas foram por nós sugeridas e poderiam ser postas em prática pelo atual executivo, o que não se verifica, por manifesta falta de visão estratégica, de consideração pela oposição e falta de espírito democrático.-----

-----Pelas razões expostas votaremos contra esta proposta.-----

-----Barcelos, 02 de Dezembro de 2020-----

-----Os vereadores,-----

----- (Ass.) Mário Constantino Lopes-----

----- (Ass.) José Novais-----

----- (Ass.) Carlos Eduardo Reis."-----

-----O Senhor Vereador do CDS/PP, que votou contra, apresentou uma declaração de voto com o seguinte teor:-----

-----“Numa Introdução que nos enche de dinheiro da União Europeia, de um aumento de cerca de oito por cento das transferências directas do Orçamento de Estado face a 2020, há depois choque de realidade ou de desculpas ao dizer que tudo

isto pode não ser suficiente para aguentar a expectável perda de receitas próprias motivadas pela recessão da economia. E então mantêm-se as taxas e os impostos para 2021. Mas não é assim desde 2010? Agora vivemos em pandemia, mas desde 2010 que vivemos em epidemia e paralisia fiscal do Partido Socialista. Desde 2010, sem pandemia, não baixaram taxas nem impostos. E esse é para nós um dos pontos-chave de uma boa governação, uma marca da governação CDS em todas as Câmaras onde é poder sozinho ou em coligação.-----

-----Não há muito a dizer sobre este orçamento. Se o de 2020 teve mais de 30 alterações, e a grande maioria não se deveu à Covid-19, é previsível que este venha a ter as mesmas ou algumas mais, se não houver mesmo orçamento rectificativo. Começou logo mal. Se até agora os partidos com representação na Assembleia Municipal eram chamados e lhes eram explicadas as grandes linhas do Plano e Orçamento, este ano nada disso foi feito. Um pedido por mail para em dois ou três dias fazerem chegar por mail as suas contribuições para, copiar e colar num documento já feito. Mas, se há coisa que não podem dizer do CDS é que não apresenta propostas ou que não aponta soluções práticas! Não estamos nos vários órgãos para enfeitar. Apesar de estarmos na oposição, numa postura construtiva, continuamos a apresentar ideias e medidas que achamos que são o caminho certo e que melhor respondem aos problemas dos barcelenses. -----

-----As preocupações sociais fazem parte do ADN do CDS e temos marcado a agenda nesta matéria apresentando dezenas de propostas em reunião de Câmara e Assembleia Municipal de apoio às famílias (crianças, jovens, idosos), mas até agora apenas foi formalmente aceite a do IMI familiar que, felizmente ainda se mantém. Muitas outras poderiam ser aproveitadas, algumas sem qualquer aumento da despesa, mas sofrem sempre do veto de gaveta.-----

-----A festa da democracia em Barcelos, a defesa da participação e cidadania não passam, já o sabíamos, de palavras para encher discursos. -----

-----Em termos de plano de atividades, assistimos uma vez mais a uma manta de retalhos colados pela necessidade de reforço de recursos humanos. -----

-----Mantém-se a necessidade de viaturas de recolha de lixo que culmina um desperdício de milhares de euros pagos em alugueres, reconhece-se finalmente a falta de capacidade em fiscalizar muitas situações. -----

-----Sobre a juventude mantém-se o mesmo desde antes de 2009. Continua-se a falar muito dos jovens e a falar muitíssimo pouco com os jovens. Parece haver tanto ou mais cuidado em evitar o Conselho Municipal da Juventude como a pandemia!-

-----Cito algumas passagens do documento: “Os espaços verdes são grandes promotores do completo bem-estar físico, mental e social, e também limitam ou diminuem os riscos da poluição atmosférica e sonora”. “ A necessidade de espaços verdes urbanos é uma das consequências da evolução que as cidades têm sofrido ao longo dos tempos”. Será que a aparente falta de necessidade de espaços verdes em Barcelos significa falta de evolução? Ou cedência a interesses imobiliários? -----

-----Volto a citar: “Aumentar a transparência da actividade da autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia”.-----

-----Um estudo da plataforma Dyntra sobre a avaliação da transparência nas Câmaras Municipais em Portugal, coloca Barcelos no 45º lugar das 50 maiores Câmaras em número de população. Há muito que esperamos o aumento da transparência na gestão municipal. Ainda não será desta...-----

-----Volto a citar: “ O Município de Barcelos lançou em 2020 uma Aplicação de apoio às empresas do concelho, sob o lema “Compre em Barcelos” que se manterá em 2021”. -----

-----O grande apoio às empresas! Devem estar infinitamente gratas!-----

-----Em resumo, num processo virado para dentro comandado por interesses partidários sem resposta para a situação do concelho e sem resposta para as questões

do momento numa clara gestão de políticos de acordo com as suas prioridades e agendas, assistimos neste orçamento, como aliás seria de esperar, a uma exposição da fragilidade para responder à situação actual, quando era necessário um orçamento que respondesse aos desafios que Barcelos atravessa neste momento em que se avizinha uma recessão económica que vai trazer consigo números elevados de desemprego e de insolvências. Num momento de particular exigência como o que se vive hoje, exigia-se mais. Exigia-se muito mais. É por isso que este Orçamento é de má qualidade, de falta de rumo e de total ausência de propósito ou ambição para os tempos de crise que vivemos. O que se exigia era um orçamento corajoso na diminuição da carga fiscal efetiva das empresas e das famílias. E o que vemos é que os impostos directos e indirectos representam 70% das receitas próprias correntes e de capital; O IMI representa 11,3% do total do Orçamento e o IRS 3,87%. Porque discordamos da política fiscal da Câmara para o orçamento de 2021, a nível do IRS, do IMI e da Derrama, por ter recusado todas as nossas propostas de alívio fiscal sobre os contribuintes de Barcelos, que seria particularmente importante neste momento de grave crise social e económica devida à pandemia COVID-19 e à forma contraditória e insuficiente como o Governo com ela lidou, e de ter igualmente recusado algum alívio fiscal sobre as empresas, para tornar o concelho mais competitivo na atração de investimento e fomentar a criação de emprego, não podemos aprovar este Orçamento.

-----Porque não vemos neste Orçamento as orientações estratégicas para o futuro, com um claro rumo de desenvolvimento sustentável, de competitividade, de atração de grandes investimentos em novas empresas, de criação de emprego e atração dos mais jovens, de libertação da energia criativa e empreendedora, de resolução dos graves problemas sociais do concelho, é claro que este orçamento e estas GOP não são adequadas às necessidades e exigências de Barcelos nem à ambição de desenvolvimento e qualidade de vida dos seus munícipes, nem sequer

desenha um caminho de futuro, desaproveitando o enorme capital humano, cultural, científico, geográfico, histórico e patrimonial do concelho, votamos contra.-----

-----Barcelos, 2 de Dezembro de 2020-----

-----O Vereador do CDS-----

-----“(Ass.) António Ribeiro”-----

-----O Senhor Presidente da Câmara e os eleitos pelo PS votaram favoravelmente e apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

----- “Os eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente a proposta de submissão das Opções do Plano e Orçamento à Assembleia Municipal e fazem a seguinte declaração de voto:-----

-----As Opções do Plano e Orçamento para 2021 seguem as linhas de desenvolvimento estratégico do Município iniciadas há 11 anos pelo Partido Socialista e amplamente sufragadas pelos barcelenses.-----

-----Como melhor se explica no documento agora apresentado para deliberação, os exercícios previsionais do Orçamento de Estado e do Orçamento Municipal para 2021 estão fortemente condicionados pela incerteza quanto à evolução da pandemia da doença Covid 19, sendo certo que o apoio do Estado ao nível central, regional e local é fundamental para a recuperação da economia e para a normalização da organização social.-----

-----Apesar das transferências diretas do Estado para o Município de Barcelos terem um aumento de cerca de oito por cento face a 2020, este pode não ser suficiente para aguentar a expectável perda de receitas próprias, motivada pela recessão da economia, em áreas tão importantes como a Derrama, o IMT ou, ainda, a diminuição das receitas dos licenciamentos.-----

-----São, pois, razões acrescidas para que o executivo municipal tenha decidido manter as taxas e a concessão de benefícios e isenções para 2021.-----

-----Ainda assim, o documento que agora é apresentado tem o maior valor de sempre (84,6 milhões de euros) cabendo à Educação a maior fatia do Orçamento (11,5 milhões de euros), por via de transferência de competências.-----

-----Para além da assumpção dos compromissos em matéria de competências descentralizadas na Educação, destacam-se, nas Opções do Plano, os investimentos em curso nas áreas da mobilidade, da regeneração urbana e das estruturas de âmbito educativo, cultural, social e da saúde, bem como um vasto conjunto de projetos a iniciar durante o ano de 2021 e que incluem uma forte comparticipação de fundos comunitários. De igual modo, mantêm-se os investimentos nas freguesias, através da transferência de verbas em montante igual ao que estaria previsto no contrato de cooperação com as freguesias para o ano de 2021, nos termos propostos no documento do Orçamento.-----

-----Num ano que ainda se espera atípico em todas as áreas, serão mantidos e reforçados os apoios às pessoas em situação de maior carência económica e social (como a habitação e a ação social escolar), bem como às instituições públicas e privadas que estão na linha da frente do combate à pandemia.-----

-----Prevendo-se que em 2021 seja iniciada a vacinação da população, os efeitos de tal medida deverão, contudo, demorar algum tempo a fazerem-se sentir, pelo que, com esta proposta de Orçamento, o Município estará preparado para enfrentar as necessidades que a todo o momento venham a ser sentidas.-----

-----Ao mesmo tempo que está preparada para acudir a qualquer situação de emergência, com esta proposta de Orçamento, a Câmara Municipal fica munida dos instrumentos financeiros necessários aos investimentos planeados (quer os que integram os programas comunitários, quer os que se mostram prioritários no território do concelho e em parceria com as freguesias), aos apoios sociais e culturais e aos investimentos ligados à descentralização de competências na área da Educação,

mantendo, assim, os objetivos de desenvolvimento traçados e assumidos com os barcelenses para o mandato que termina em 2021.-----

-----Barcelos, 02 de dezembro de 2020-----

-----Os eleitos pelo Partido Socialista-----

-----**(Ass.) Miguel Costa Gomes**-----

-----**(Ass.) Armandina Saleiro**-----

-----**(Ass.) Anabela Real**-----

-----**(Ass.) Francisco Rocha**-----

-----**(Ass.) Ilda Trilho.”**-----

-----**2. Aprovação da Acta em Minuta.**-----

-----Propõe-se, nos termos do nº 3, do artigo 57º, do Anexo I, da Lei Nº 75/2013, de 12 de Setembro, a aprovação da presente ata em minuta.-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove, da qual para constar e por estar conforme se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Vereadores e por mim que a secretariei-----

----- **ASSINATURAS** -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

(Miguel Jorge da Costa Gomes)

OS VEREADORES

(Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro, Dra.)

(Anabela Pimenta de Lima Deus Real, Dra.)

(António Francisco dos Santos Rocha)

(Ilda Maria Fonseca Trilho da Silva, Dra.)

(Mário Constantino Araújo Leite Silva Lopes, Dr.)

(José Gomes dos Santos Novais, Eng.º)

(Carlos Eduardo V. Fernandes Ribeiro dos Reis, Dr.)

(António Jorge da Silva Ribeiro, Dr.)

(Domingos Ribeiro Pereira, Dr.)

(José Gomes Pereira, Engº)

SECRETARIOU

(Filipa Alexandra Maia Lopes, Dra.)